



As Comissões

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

Ofício n.º 291/2023-GP.

Tremembé, 17 de março de 2023.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 002/2023, que dispõe sobre o programa de valorização ao bom contribuinte e de reparcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, e dá outras providências.

A presente propositura versa sobre autorização para a instituição de Programa de Valorização ao Bom Contribuinte e de reparcelamento de quaisquer tributos inscritos ou não em dívida ativa, destinado a valorizar o contribuinte possuidor de imóvel inscrito no cadastro imobiliário e mobiliário municipal, e ainda aos devedores sob quaisquer títulos.

Tendo em vista tratar-se de matéria de cunho altamente relevante, submetemos o presente assunto à análise e consideração do ilustres Senhores Vereadores, solicitando sua apreciação em regime de urgência, de conformidade com o que dispõe o artigo 46 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração.

CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

RICARDO ALEXANDRE DE TOLEDO

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de

TREMEMBÉ-SP.

Câmara Municipal da Estância
Turística de Tremembé

Protocolo Nº 3564

Data 17/03/23



Prefeitura de
TREMEMBÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2023.

"Dispõe sobre o programa de valorização ao bom contribuinte e de parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Valorização ao Bom Contribuinte para quitação integral de quaisquer tributos inscritos em dívida ativa, destinado a valorizar o(s) contribuinte(s) proprietário(s) ou possuidor(es) lega(is) de imóvel(eis), e ao(s) inscrito(s) no cadastro imobiliário e mobiliário municipal, e ainda ao(s) devedor(es) sob qualquer ou quaisquer título(s).

§ 1º - O Programa de Valorização ao Bom Contribuinte – PVBC, instituído por esta lei, alcança todos os débitos existentes até 31 de dezembro de 2022, atualizados monetariamente, bem como acréscimos legais relativos a multas e juros de mora, multas por infrações e demais encargos determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, em qualquer fase de cobrança, inclusive parcelamento firmado até a data da publicação desta Lei Complementar, concedido sob outras modalidades, sendo atualizados até a data da adesão a esta forma excepcional de pagamento.

§ 2º - O débito consolidado na forma do §1º, inclusive parcelamento e reparcelamento firmado antes da publicação desta Lei Complementar, poderá ser pago à vista ou da seguinte forma:

- a) Começando no dia 02 de maio de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- b) Começando no dia 1º de junho de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 19 (dezenove) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- c) Começando no dia 03 de julho de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

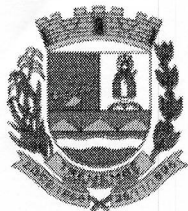
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- d)** Começando no dia 1º de agosto de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 17 (dezesete) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- e)** Começando no dia 1º de setembro de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 16 (dezesesseis) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- f)** Começando no dia 02 de outubro de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- g)** Começando no dia 1º de novembro de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 14 (quatorze) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o último dia útil do mês.
- h)** Começando no dia 1º de dezembro de 2023, com abatimento de 100% (cem por cento) de multas e juros de mora, para débitos vencidos até o exercício de 2022, atualizado monetariamente, em até 13 (treze) parcelas mensais e sucessivas, cujo valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), desde que o parcelamento seja efetuado até o dia 20 de dezembro de 2023, sendo nesta data, possível o vencimento da 1ª parcela ser estendido até 29 de dezembro de 2023.

§ 3º – No parágrafo acima, nas alíneas *a* a *g*, é possível o vencimento da 1ª parcela ser estendido até o último dia útil do mês.

§ 4º - Fica(m) o(s) contribuinte(s) obrigado(s) ao recolhimento das custas e despesas processuais em se tratando de débito(s) objeto de cobrança judicial, bem como, a homologação do acordo está condicionada a entrega no Setor de Execução Fiscal do Município do comprovante de recolhimento.

§ 5º - Em janeiro de 2024 o saldo devedor do parcelamento será atualizado pelo índice IPCA acumulado.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 2º - Nos casos de parcelamento(s) e reparcelamento(s) já concretizado(s) com arrimo na Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas alterações posteriores e/ou por força de Lei Complementar específica, decorrentes(s) de débito(s) ajuizado(s) ou não, ocorrendo provocação por parte do contribuinte, o Programa de Valorização ao Bom Contribuinte poderá ainda ser aplicada sobre a(s) parcela(s) ainda não liquidada(s).

§ 1º - Fica vedada qualquer compensação ou restituição de valor(es) pago(s) a título de multas e juros de mora efetuado(s) por parcelamento(s) ou reparcelamento(s) já acordado(s).

§ 2º - A anistia de multas e juros de mora deverá ser aplicada também ao(s) parcelamento(s) e/ou reparcelamento(s) já homologado(s).

ARTIGO 3º - Os pagamentos poderão ser efetuados em qualquer banco conveniado.

ARTIGO 4º - Fica permitido a reativação de parcelamento(s) e/ou reparcelamento(s) que se encontrem com sua(s) prestação(ões) em atraso por prazo superior a 90 (noventa) dias, devendo o contribuinte quitar as parcelas inadimplentes na forma a que refere as alíneas do § 2º do artigo 1º desta Lei Complementar.

ARTIGO 5º - O parcelamento somente se efetivará com o pagamento da primeira parcela, no prazo e nos valores estipulados.

§ 1º - A formalização do pedido de ingresso no Programa de Valorização ao Bom Contribuinte implica o reconhecimento dos débitos nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos;

a) Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução durante o adimplemento do parcelamento, até a quitação do mesmo.

b) No caso do §1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento na legislação vigente.

c) Os bloqueios/depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito.

§ 2º - O parcelamento da dívida, uma vez efetivado, implica adesão aos prazos e condições estipuladas no termo do acordo, bem como confissão de dívida;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000
www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

§ 3º - Em caso de parcelamento, para participar do Programa de Valorização ao Bom Contribuinte, o contribuinte deverá assinar o termo de confissão de dívida;

§ 4º - O parcelamento do débito em fase de execução fiscal não dispensa o pagamento das custas processuais, diligências, emolumentos e honorários advocatícios.

a) Na existência de mais de um processo de execução fiscal, os débitos poderão ser reunidos em um único acordo, devendo pagar as custas processuais, diligências, emolumentos e honorários advocatícios de cada processo.

ARTIGO 6º - O(s) pagamento(s) previsto(s) na presente Lei Complementar deverá(ão) ser firmado(s), pelo próprio contribuinte devedor ou por procurador devidamente constituído e com poderes para tanto ou por possuidor ou mero detentor, sobre o valor total ou parcial do(s) débito(s) apurado(s) elaborando-se o(s) respectivo(s) termo de Acordo contendo os valores individualizados.

§ 1º - O possuidor ou mero detentor poderá provar sua condição para firmar o acordo através de conta de consumo dos últimos 90 (noventa) dias;

§ 2º - No ato em que firmar o acordo, o signatário deverá apresentar cópia e original dos documentos pessoais e, se necessário, das contas de consumo e/ou procuração, ficando retida a cópia dos documentos e/ou conta de consumo, devendo ser acostado(s) ao termo de acordo;

§ 3º - O fato de ter firmado o presente acordo não gera o reconhecimento da posse ou propriedade pelo Município.

ARTIGO 7º - O ingresso no Programa de Valorização ao Bom Contribuinte impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa todos os débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

ARTIGO 8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de março de 2023.



CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO

Prefeito Municipal